Aléo

«Com êste aléo, meu Senhor, sem mais armas, defendere a Praça!»
D. Pedro de Menezes, 1.º Fronteiro de Ceuta, a El-Rei Dom João I

1 DE FEVEREIRO DE 1943 — Boletim de «Edições Gama» — ANO II — N.º 2 — II SÉRIE

Director: Fernando Amado — PROPRIEDADE DE «EDIÇÕES GAMA, LIMITADA» — Editor: Campos e Sousa

Redacção e Administração: Rua do Loreto, 42-1.º-Lisboa — Composto e impresso na Oficina Gráfica, L.da: R. da Oliveira do Carmo, 8-Lisboa

INTERPRETAÇÃO DE UMA FRASE DE ANTÓNIO SARDINHA

"MONARQUIA? REPUBLICA? OH, A BALBÚRDIA IGNOBIL DOS MITOS QUE NADA EXPRIMEM!"

Não tenho dúvida em subscrever esta frase de António Sardinha, pois há verdade substancial sob a forma chocante do paradoxo.

Mas subscrevendo-a, eu queria ao mesmo tempo protestar contra a imprudência da sua citação sem comentário esclarecedor de que nela se não pode encontrar a mínima abdicação da ortodoxia monárquica.

E positivamente eu desejaria apelar para a consciência de Marcelo Caetano e Caetano Beirão (não falando de outros das novas gerações, que tocaram o mesmo ponto) convidando-os, em nome do nosso comum amor e respeito pela memória de Sardinha, a esclarecerem definitivamente o sentido das palavras referidas.

Elas não podiam de forma alguma representar uma quebra de convicção monárquica. Depois de tantos anos de doutrinação, que concluia explicitamente na Realeza, integrado num grupo em que o mesmo princípio era a chave da abóbada da ideia de Nação, dirigente de uma organização ligada ao Rei de Portugal por um pacto público de fidelidade, colaborador duma Revista em que a mesma doutrina e a mesma posição dinástica continuavam a ser expressamente defendidas, seria absurdo pensar que uma retractação de Sardinha na questão de regime pudesse revestir uma forma tão sumária; a sua própria lealdade de pensamento o obrigaria a ser explícito e não poderia deixar de começar por informar os seus companheiros daquilo que seria então uma verdadeira catástrofe intelectual. Ora Sardinha, não só nada nos disse, como também não produziu essa frase o mínino reparo ou escandalo em qualquer dos seus companheiros.

E, verdade! verdade! Êle não merecia que, depois de tão profunda e brilhante doutrinação, alguém pudesse admitir a interpretaçãs de dez das suas palavras no sentido de ver nelas a destruïção de todo o seu heróico e titânico labor de extracção dos tesousos da verdade nacional!

Pois não é claro que aqui, como em todos os paradoxos, a primeira aparência de absurdo só serve para maior realce da verdade substancial que contém?

Pois não é verdade que a verdadeira doutrina nacional condena a *Monarquia-mito*, engendrada por mera e sêca oposição dialectica à *República-mito*, (quando não por transigência com os seus princípios), para sôbre a barafunda ignóbil das duas mentiras e a inglória guerra civil em que consiste o seu duelo, levantar a realidade viva da Nação, da qual faz parte integrante, essencial e coordenadora uma Monarquia igualmente viva?

Sempre se afirmou no Integralismo esta exclusão da ideologia abstracta, do sectarismo teórico, das fórmulas racionalistas sem alma e sem espiritualidade. A Monarquia, divorciada da realidade, é um puro nome que pode na desorientação dos espíritos ligar-se hibridamente ás fôrças de destruição essencialmente contrárias à alma da Realeza.

E assim o Integralismo partia da realidade plena e plural da Nação e via como conclusão a solução monárquica. No rigôr dos seus princípios, pois, não se deve dizer: *somos monárquicos* — mas sim: *também somos monárquicos*. Não reduzir tôda a nossa vida à afirmação monárquica, como se fôsse a panacea, a fórmula mágica de que todo o bem nacional mecânicamente resulte, num hiperdoutrinarismo contraproducente impli-

cando pouca fé na evidência da Realeza, a qual não é nada de complicado ou de pedante ou de livresco, mas sim uma coisa simples e natural, por isso mesmo que é profundamente humana: é a própria *saúde nacional*.

Se um dia surgisse o mito da *acefalia*, quer dizer uma seita de tresloucados com a crença de não terem cabeça, os *acefalistas*, logo certamente surgiriam contra êles os *cefalistas*, quer dizer, o agrupamento daqueles que dedicassem acção truculenta e metafísica subtil à tarefa de provar que tinham cabeça. Aos dois grupos haveria que despresar por certo e considerar ignóbil a sua barafunda; e perante tal ameaça de universal loucura a sabedoria ordenaria ao homem que se procurasse singelamente manter *integral*, no equilíbrio de todos os órgãos e funções do cargo e potências da alma, e isto, é claro, implicaria, mas demonstrado sem esfôrço no seu tempo e lugar, que *também tinha cabeça*.

Pois o Integralismo quere, pela própria fôrça do seu nome, a Nação integral; e isto implica directamente, sem esfôrço complicado de dialectica, a monarquia viva e orgânica, que é o contrário de todos os mitos, abstracções, sofismas e falsificações tanto de forma monárquica como republicana.

No plano a que Sardinha ascendia ao escrever as palavras em questão, num artigo que versava o supremo problema da espiritualidade, seria lícito até afirmar a nulidade relativa de tudo o que não está nêsse plano divino. *Vanitas vanitatum! Omnia vanitas!* exprime afinal o deslumbramento e ofuscação que os olhos do espírito sentem quando fitam o Sol do mesmo espírito, deslumbramento momentâneo e «metódico», que faz desvanecer a aparência do ser, de tudo o criado, o que não quer dizer que propriamente neguemos o valor positivo de tudo o que não é infinito.

Mas o sentido mais directo daquela frase de Sardinha era sem dúvida o de coroar e afinar a sua doutrina com o princípio da subordinação de tudo ao espiritual, o que evidentemente não exclue nada de político, mas proibe que o combate se esterilize numa dialéctica sêca e racionalista de *mito* e *contra-mito*, de mera oposição de uma *Monarquia-palavra* a uma *República-cadáver*.

Mas a absoluta contraprova da nossa explicação está em palavras categóricas do próprio António Sardinha que se encontram em outras passagens do mesmo número da *Nação Portuguesa*, em que a comentada sentença aparece. Assim em um artigo intitulado a *Crise do Estado* refere-se Sardinha expressamente ao problema das instituïções e tem esta afirmação de sentido bem claro:

«Tradicionalismo e nacionalismo completam-se hoje em dia num apertado consórcio — esforçando-se o nacionalismo por dotar os povos com instituïções que os virilizem e apontando-lhe o Tradicionalismo quaes elas sejam».

Quais são as instituições que o Tradicionalismo aponta? Contesta alguém que seja a Monarquia?

O dizer: «a questão não é de Monarquia nem de República! A questão é mais funda e mais dramática: é a própria civilisação ocidental que está em perigo, e com ela a alma histórica de Portugal. Eis porque as campanhas do Espírito, a guerra das idéias se impõem em primeiro logar» significa bem claramente o primado e precedência da doutrinação e da formação espiritual que foi sempre um dos axiomas do Integralismo, mas não excluindo em devido tempo a conclusão política pois «enquanto se não refaça a fisionomia espiritual da Pátria, dificilmente, a não ser por uma graça especial de Deus, se tornará possível a restauração nacional porque anelamos».

«A restauração nacional porque anelamos» — não é isto bastante claro?

Mais adeante, àcêrca de Teófilo Braga:

«Inverteu, por completo, a visão da nossa história, tomando posições de hostilidade sistemática contra a Igreja e contra a Realeza — as duas grandes disciplinas sociais que geraram e tornaram possível a gloriosa pátria portuguesa. Nada, pois, mais anti-nacional do que a obra de Teófilo Braga!»

É esta, evidentemente, a linguagem do doutrinador monárquico, tão seguro já da doutrina que nem precisa de a tornar explícita a cada passo, mas que ainda diz mais, sempre no mesmo número da citada Revista:

«Contudo nos ensinamentos críticos de Comte há princípios que contribuiram eficazmente para a reconstrução autoritária em que se empenha o pensamento contemporâneo. Charles Maurras,—o teórico aclamadíssimo da Monarquia, é um descendente confesso de Comte, e não se ignoram as repulsas ásperas que a Comte arrancaram a Revolução Francesa, o Liberalismo, o mito da Soberania-Popular e os abusos financeiros do que Comte chamava a *Bancocracia*»...

...«A nossa história tornava-se deste modo para Teófilo Braga uma como que pre-figuração da República. Daí o seu ódio melodramático aos Reis, ...
o seu apêgo a quanto, moral e socialmente, constituísse um agente dissociativo da forte unidade católica e monárquica em Portugal. Como representante duma tão deplorável mentalidade, Teófilo Braga foi o *último*».

JOSÉ PEQUITO REBELLO

PREAMBULOS

JUVENTUDE

Nós, os novos, não queremos situações falsas. Dentre os problemas que nos surgem como membros da Comunidade Humana e da Cidade Portuguesa, um, claro, irredutível, inadiável, aparece aos nossos olhos com a aguda gravidade das questões essenciais. Temos de nos preparar para resolvê-lo.

Boa parte da juventude de Portugal vai abrindo os olhos aos problemas nacionais e prepara as respostas às interrogações que hoje nos preocupam e amanhã (um amanhã que não vem longe) terão de ser resolvidas. As simpatias do momento, os louros, os insensos, os foguetes, a toada sempre a mesma com que querem embalar os nossos ouvidos não podem impedir que a nossa inteligência disseque o precário das situações presentes e forge, com a fôrça da tradição, com o vigor do entusiasmo, com a irresistibilidade da lógica e do bom-senso, com a simplicidade da ciência política, os alicerces de um Portugal igual a si próprio e sem máscaras a tapar-lhe a verdadeira feição.

Cristalizar numa fórmula política *porque sim*, não é atitude racional, qualquer que seja a fórmula. E balouçar perigosamente ao sabor dos momentos, agradando aos outros para se servir a si. É dizer hoje *sim*, para amanhã dizer *não*. Primeiro, homem de carácter; depois, homem político.

O estudo, a indefectibilidade, a rijeza de ânimo, a altivez do distintivo que se ostenta estão na base das teorias políticas *vividas* pelos seus adeptos. Tôda a mudança que não exista no cérebro e no coração dos seus obreiros é mero artifício que o mais pequeno sôpro de contrariedade asfixia e destrói.

Cá, como em muitas outras partes, reina o mais feroz individualismo; grupos sem fim — tantos quantos os homens — empenham-se em batalhas de palavras, discutindo, sem seriedade e sem bom-senso, estruturas complicadas, abandonando, bem estranhamente, os pormenores simples de que o bem comum é composto. Complicar coisas simples é complicar a própria vida; esta não é mais do que um somatório de coisas simples.

Tais confusões só denotam falta dum sentimento essencial e, talvez por isso mesmo raro: a boa-vontade. Aos que a não têm e não querem ter é escusado fazer demonstrações, empregar fórmulas, tirar conclusões. É pena que a boa-vontade se não possa vender nas tabacarias, a preços módicos, como os maços de cigarros...

Quantas vezes o desânimo e a revolta nos não invadem; quantas vezes não desesperamos e nos não apetece fazer como os outros que navegam ao sabor das ondas e cantam os estribilhos em moda. Mas eles vão e nós ficamos; sobem a escada, trepam á galeria e falam às massas.

Nós ficamos...

Ai de Portugal se nós não ficássemos!

Não nos entusiasmamos com modas efémeras ou lógicas fictícias. Temos uma moda própria nossa que já não é de ontem, nem de hoje; não se liga a nenhum nome, nem vive de nenhuma auréola. Para quê novas experiências, quando se conhecem de antemão os resultados? Só os obcecados ou os interesseiros ou os hipócritas têm vantagens nisso.

É muito nosso isto: criar á volta duma atitude um atributo, torná-los inseparáveis, indissociáveis. Idea feita, generalização de erradas consequências, como quási todas as generalizações. Assim, para o vulgo de limitadas possibilidades críticas e até para alguns laboriosos corifeus, ser monárquico é contrariar o progresso, retrogradar, favorecer instituições decrépitas. O vulgo de limitadas possibilidades críticas e os corifeus são muito numerosos em Portugal... Não têm nenhuma mística, a não ser a dos interêsses adquiridos e o das meras expectativas, e ás vezes nem isso. Pertencem á perigosa raça dos que deitam a baixo e esperam que outros venham reconstruir para de novo terem alvo. Atacam tudo o que lhes cheire a passado e do presente só elogiam o que não se aplicou ainda.

Há quem lhes chame inconformistas. Mas é mentira — o que eles são é perigosos, para não dizer criminosos.

Que alguns homens inteligentes e de inegável valor se consigam ludibriar a si próprios — compreende-se. Mas que outros, igualmente inteligentes e de inegável valor, queiram agradar a Deus e ao diabo — confunde-nos.

Umas situações são melhores do que outras e mais aproveitáveis no sentido duma determinada evolução? É certo.

Há obras que merecem aprovação, seja qual for o seu autor? É certo.

Mas o que é nosso é nosso e só o que resta é que é dos outros.

SILVA FERNANDES

COERENCIA

Seguimos com aplauso durante o passado mês de Dezembro, a campanha de recristianização do natal desenvolvida pelo S P.N.

Além da inferioridade que representa a adoração (e êste culto tem qualquer coisa de adoração boçal) do pinheiro, é inadmissível que num país de sol e clima suave, se crie no dia da festa mais íntima um ambiente postiço, totalmente oposto à nossa mais antiga e melhor tradição.

A festa do Natal é, e só assim a compreendemos, uma acção de graças da cristandade pela vinda de Deus á terra, e, animado certamente por êste espírito arma o povo português todos os anos o presépio, com o Menino Jesus, S. José e a Virgem Santíssima. Aquela que, por um acto da Sua vontade, tornou possível o milagre da Encarnação.

Portanto o presépio é também uma homenagem à Mãi de Deus.

Não fôram outras as conclusões que tiramos da benéfica propaganda que nos levou à convicção de que o mandamento *guardar domingos e festas de preceito* tinha sido oficialmente reconhecido e respeitado.

Mas no dia 8 de Dezembro já corria a campanha do presépio, que segundo julgamos não se destina sómente a reeducar o gôsto artístico do povo. Nesse dia celebrava-se a festa principal de Nossa Senhora, a Sua Imaculada Conceição, e Portugal, o primeiro país que proclamou o dogma, mais tarde defenido no Concílio do Vaticano, manteve-se alheio a essa data.

Em algumas faculdades de Lisboa, houve alunos católicos que só puderam cumprir as suas obrigações religiosas, com prejuizo da freqüência ás aulas.

Não pedimos mais um feriado, pois sabemos o transtorno que isso causa á vida pública; só lembramos uma substituição que não seria difícil, se considerarmos, por exemplo, o anacronismo bafiento do 31 de Janeiro e do 5 de Outubro.

JOSÉ D'OREY

A ACADEMIA acaba de conceder o «Prémio Ricardo Malheiros» 1942
ao belo romance de VERGILIO GODINHO
CALCANHAR DO MUNDO
PREÇO 12$00

NO 18.º ANIVERSÁRIO DA MORTE DE ANTÓNIO SARDINHA

À missa mandada celebrar por *Edições Gama* em sufrágio da alma do saúdoso Mestre, assistiu mais de uma centena de monárquicos de todas as classes sociais.

Foi oficiante o Rev. Padre Moreira das Neves, um dos mais altos valores da actual geração literária e grande admirador de António Sardinha.

Notámos entre a assistência: Conde de Monsaraz e Dr. Afonso Lucas, D. João d'Almeida, Visconde de Santarém, Dr. Luís Maria Lopes da Fonseca, Dr. Armando Cordeiro Ramos, Dr. Américo Chaves d'Almeida, Eng.º Luís Fernando de Sousa, director de *A Voz*, Dr. Álvaro dos Reis Torgal, Dr. Henrique de Menezes Parreira, Visconde do Torrão, Pedro Correia Marques, Dr. Manuel Múrias, Dr. Sebastião Centeno Fragoso, Dr. Frederico Perry Vidal, Dr. Rodrigues Cavalheiro, Brigadeiro Vasco de Carvalho, César de Faria Machado Vieira de Sampaio, Manuel de Novais e Athayde, Dr. Ivo Cruz, Dr. João Ameal, Rev. Padre Deniz da Luz, Conde do Ameal, Dr. Sacramento Monteiro, Dr. Quirino Mealha, Pedro da Câmara Leme, Morais de Carvalho, Dr. França Vigon, Luís Leite Rio, Paulo van Zeller Garin, Domingos Manuel Megre, Dr. José Augusto Vaz Pinto, Eduardo d'Orey, Daniel Cordeiro Feio, José d'Orey, Dr. Tomás de Figueiredo, Salvador Gomes Vilarinho, Dr. Leão Ramos Ascensão, Dr. João Emauz Leite Ribeiro, Gastão Ferreira, Dr. Fernando de Aguiar, etc., etc.

Os Srs. Conde de Monsaraz e Dr. Afonso Lucas, representavam a Junta Central do Integralismo Lusitano; os Srs. Dr. José Centeno Castanho, Dr. Leão Ramos Ascensão e Dr. Artur Gouveia de Carvalho, representavam *Edições Gama*; o Sr. Dr. Manoel Galvão, representava o quinzenário *Aléo* e o seu director, Dr. Fernando Amado; o Sr. Morais de Carvalho, representava o *Diário do Minho* e os Srs. Rev. Padre Luís Vaz, Rev. Padre Magalhães Costa e Lopes de Oliveira.

Não puderam comparecer os Srs. Drs. José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Dr. Rolão Preto por se encontrarem ausentes de Lisboa e o Sr. Dr. Hipólito Rapozo, por se encontrar ainda convalescente da grave doença que há poucos meses sofreu.

Entre as notícias comemorativas do aniversário da morte de António Sardinha, cumpre destacar os belos artigos dos nossos camaradas *A Voz* e *As Novidades*.

Futuro, o excelente e vibrante quinzenário da juventude católica e monárquica, prestou uma significativa homenagem a António Sardinha, dedicando-lhe o seu último número, que insere colaboração dos nossos amigos: Dr. Leão Ramos Ascensão, Manuel Megre, Miguel Trigueiros, Francisco de Sousa Tavares e Carlos Soveral.

Do natável artigo do nosso querido amigo Dr. Ramos Ascensão, a que foi merecidamente dado o lugar de honra na 1.ª página do *Futuro*, transcrevemos a parte final:

«Não há, pois, que distinguir, práticamente, entre António Sardinha e o Integra-«lismo Lusitano, entre o pensamento integralista e o pensamento de António Sardinha.

«A glória de António Sardinha não diminui a dos seus companheiros de lutas e «sacrifícios. Camaradas lealíssimos e unidos por uma fraternidade absoluta, são êles os «primeiros a exultar com ela, depois de terem sido os mais duramente feridos com a «morte prematura do grande doutrinador, da qual disse Afonso Lopes Vieira: «*Com a «morte de António Sardinha, Portugal ficou mais pobre*». A glória de António Sardinha «era a do Integralismo Lusitano, como a glória de um soldado é a da própria Pátria. «Ele o sentia e dizia. São suas estas palavras, proferidas no banquete de homenagem que «lhe foi oferecido pouco antes da sua morte:

O corpo de doutrinas que defendi e defendo não é já hoje (e louvores a Deus sejam dados ao Senhor Deus dos Exércitos, ao Deus de Ourique e da manhã da Índia!) o património de um grupo, o roteiro de uma pequena camaradagem.

Pertence a quantos, conscientes dos destinos imortais da Pátria, se dispõem a realizar a «amizade nacional» *para que a nossa terra, para que a Terra Portuguesa, possuidora novamente da sua alma obliterada, restaure, com a dignidade perdida da nossa história, o prestígio e a supremacia da civilização que gerámos.*

«O que fôra «património de um grupo» (e não obra dêle só) pertencia agora a «todos os que tivessem o mesmo pensamento de restaurar a unidade moral da Nação, «que foi a maior aspiração dos últimos tempos da sua vida.

«António Sardinha, pela sua operosa actividade, pelo seu entusiasmo, pelo seu «talento brilhantíssimo, pela simpatia que o aureolava, foi quem mais contribuiu para o «prestígio e irradiação da ideia integralista.

«Êle foi o grande arauto do Integralismo Lusitano.

«Ser fiel à sua memória é ser fiel ao seu pensamento, mas ao seu pensamento «integral, sem mutilações que o deformem. Aceitemo-lo na sua totalidade e sirvamo-lo «dedicadamente. Só o pensamento completo tem lógica e verdade, só êle é coerente, só «êle é salvador.

*

«Morreu António Sardinha em 10 de Janeiro de 1925, já lá vão 18 anos. A urna «em que o seu cadáver foi conduzido ao cemitério de Monforte ia coberta com a ban-«deira do Integralimo Lusitano. À beira do túmulo falou Hipólito Raposo, o camarada «leal e afectuosíssimo de todas as horas, que soube dominar a sua dor para, em nome «do Integralismo, proferir as palavras que se impunham. O seu discurso terminava assim:

Esta bandeira tantas vezes ferida e que tu ergueste mais alto do que ninguém, desceu hoje sobre o teu corpo e com ela te armámos cavaleiro na morte para que pela nossa dolorosa saúdade, cavaleiro sempre fôsses para além da vida.

Rapazes: erguei de novo esse estandarte ao sol de Deus e em nome de Portugal, porque nele nos deixou António Sardinha, vivo e escondido, o seu próprio coração!

«A viva esperança que me anima garante-me que esta voz de comando continua a «ser ouvida.»

PELOURINHO

Ainda a propósito da *resurreição* de Mouzinho da Silveira feita atravéz do seu testamento no *Diário de Lisboa*, não resistimos à tentação de dar aos nossos leitores a seguinte passagem, do artigo redactorial que precede o documento transcrito:

«... *decretou a organização da fazenda pública, estabeleceu em normas austeras a administração, reformou as justiças; organisou os tribunais, separou as funções judiciais e administrativas, prescreveu a hereditariedade dos ofícios, revogou monopólios, aboliu impostos, extinguiu morgados e dizimos, acabou com o confisco de bens, suprimiu rendimentos escandalosos, arrancados ao povo; secularizou conventos e investiu com os próprios direitos reais. Tudo quanto era privilégio, regalia, excepção — deitou a baixo. Criou uma sociedade nova; o edifício antigo desabára.*»

Não sabemos com franqueza que mais admirar na prosa acima — se a desfaçatez, se a ingenuidade.

Sim, porque, uma de duas... ou o articulista supõe que os seus leitores por razões que não importa discutir se calarão perante êste acervo de dislates cerzidos de tal sorte que mais parecem um enunciado de virtudes, ou então julga que o primarismo político é apanágio geral...

O processo de Mousinho da Silveira está feito e findo.

A sua obra nefasta de *estrangeiro do interior* começou a produzir os seus frutos na velha Casa Lusitana pouco depois de decretadas as novas leis que desagregaram a família, criaram a luta de classes, anularam a função régia, abandalharam a administração e em nome da Liberdade com L maiúsculo estrangularam as liberdades antigas que tornavam a nação próspera, feliz e respeitada.

Foi êste triste Mousinho da Silveira, que nos legou o regime demo-liberal, laico e maçónico gerador da *balburdia sanguinolenta* que nos havia de conduzir à beira do abismo onde as nações se perdem.

Por isso, e juntando a nossa voz ao artigo de Leite Rio publicado no número anterior de *Aléo*, não quizemos deixar tambem sem reparo o artigo infeliz do *Diário de Lisboa*.

E se, como cotólicos, nenhuma animadversão nos move contra a pessoa do reformador *estrangeiro*, nunca nos afastaremos do dever indeclinável de proclamar as malfeitorias da sua obra criminosa.

MANOEL OSCAR

ECOS, RITMOS, CULTURA

SUNT LACRYMÆ RERUM

Ao findar êste ano da graça de 1942, o Mundo continua a ser teatro da maior guerra de todos os tempos, a humanidade segue a debater-se na mais vasta de quantas crises tem sofrido...

É já lugar comum o dizer-se que estamos em nova encruzilhada da História, resultante da luta sem tréguas nem quartel em cuja raiz talvez esteja sòmente o embate feroz de duas coisas opostas, que muita gente se comprouve muito tempo em confundir — progresso e civilização.

Seja, porém, qual fôr o resultado do tremendo prelio em curso, decida-se por quem se decidir a sorte das armas, é convicção minha que a nova era, que há de seguir-se, trará o revigoramento dos nacionalismos e reporá as tradições no lugar que lhes é devido.

Pelo que respeita ao campo musical qualquer dos antagonistas cada vez se encerra mais na sua Musica, na que melhor traduz a sua idiossincrasia e a que melhor lhe canta aos ouvidos e fala à alma.

As várias emissoras de rádiodifusão, nas escassas horas que sobejam da propaganda pela palavra, quási só nos dão música julgada mais representativa da maneira de ser dos vários povos.

Em Itália é ópera e mais ópera; em Inglaterra, oratórias e cânticos da igreja anglicana; na Alemanha, música sinfónica de rara elevação, Mozart, Haydn e música vienense; na Hungria, *Czardas*; nos Estados Unidos — nova Babel sem tradições de qualquer espécie — impera o *jazz*, que define melhor que nada o grau de alto progresso, mas de baixa civilização do *yankee*.

Os serviços de propaganda dos vários contendores enviam-nos verdadeiras embaixadas musicais e os programas que nos fornecem são exclusivamente compostos por obras que melhor traduzem a expressão nacional respectiva.

Na vizinha Espanha tem-se o culto pelo que é bom, mas preza-se acima de tudo o que é espanhol e dá-se preponderância à *zarzuela*, às *jotas*, etc.

E, entre nós, que se faz?

Isto apenas: vota-se ao abandono o que temos de melhor e de mais representativo; imolam-se os cantares do povo em holocausto à americanização do gôsto; simula-se interêsse por coisas que não se sabe ao certo que sejam; e não se tem directrizes para nada...

Veja-se:

A Emissora Nacional de Radiodifusão abre concursos com numerosos prémios destinados a galardoar obras em todos os géneros, inclusivé naquêles que não são tradicionais, nem estão em nossa maneira de ser. Dá a êsses prémios nomes de músicos portugueses notáveis, podendo parecer, por isso, que as figuras e as obras de tais músicos são crédoras de sua admiração. Mas, no fim de contas, é tudo, como diz o vulgo, para inglês ver...

Os nomes de Carlos de Seixas e de Domingos Bontempo são exemplos frisantes. Foram buscá-los para patronos de prémios, certamente porque consideravam aquêles compositores portugueses os mais representativos para instrumentos de tecla ou para o género sinfónico. Pois neste ano, que vai acabar, ocorreram os centenários das mortes de qualquer dêles e... a Emissora Nacional de Radiodifusão não mexeu palha para comemorar condignamente as datas e as obras respectivas. Todavia se fôsse em Inglaterra, na Alemanha, na Itália e até, talvez, na Cochinchina, com compositores da respectiva nacionalidade, outro tanto se não teria dado. Algo se teria feito. Exigia-o o brio e a dignidade nacional.

Entre nós, porém, todo o tempo é pouco para estudar o modo de *jazz-bandear* cem por cento o *folk-lore* musical, para revelar a Portugal quantas canções de carácter duvidoso (quando não francamente obsceno) se cantam nos *bars* da América do Norte e nos seus manos do Brasil. Nem sei como foi possível evitar-se que o Conde de Jordana fôsse mimoseado com um serãozinho de «variedades folclóricas» *up-to-date*.

Temos óperas portuguesas que não se cantam; temos música bôa que não se toca; temos coisas admiráveis que ninguém conhece; mas, em compensação, estamos cada vez mais satélites (musicalmente falando) da França, dessa pobre França, que, neste momento, dá ao mundo o mais trágico exemplo de desagregação nacional.

Sunt lacrymae rerum...

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A absoluta falta de espaço não permite que saia néste número uma crítica de Ariel sôbre os Bailados em S. Carlos.

MARCO POSTAL

A NOVA SÉRIE DO «ALÉO»

Temos recebido parabens de muitos Amigos pelo 1.º número de 1943. Queremos acreditar que não seja apenas pelo aspécto gráfico ou pela feliz composição do frontispício. Há uma ideia que avança, ganha terreno, vai tocando espírito cépticos e corações desamparados. O nosso *Aléo*, nas suas várias fases de luta pela existência, reflecte a evolução irresistível dessa ideia. Que os Amigos confiem e colaborem.

«GLOSSÁRIO DOS TEMPOS»

Engana-se o Amigo L. T. quanto à saida que julga terem os dois livros de Sardinha publicados pelas *Edições Gama:* «Na Feira dos Mitos» e «Glossário dos Tempos». E não admira que se engane, porque os da Casa, que já principiam a ter certa experiencia, se enganaram também. O lançamento do *Glossário* não abrandou sequer o ritmo de pedidos da «Feira», que está pràticamente esgotada. Em compensação a obra inédita vai saindo devagar; e portanto, ao contrário do que L. T. supõe, urge que dela os Amigos façam propaganda.

DR. HIPÓLITO RAPOSO

Deu-nos o grande prazer da sua visita, já refeito do imenso abalo que a doença lhe causou e tornado ao grato convivio das letras, o Mestre que todos estimamos, companheiro das boas e más horas.

CAMARADAGEM JORNALISTICA

Por ocasião do aparecimento do 1.º número do *Aléo* da nova série, o jornal *A Voz* quis dar-nos uma bela prova de solidariedade. Agradecemos.

TRABALHOS ORIGINAIS

Voltamos a dizer que temos necessidade de originais, ensaios, folhetos sobretudo. Mas é claro que nenhumas razões nos levam a editar seja o que fôr, a não ser o valor da obra e a oportunidade da sua publicação, adentro do plano editorial estabelecido.

Ao estudante que há tempos nos escreveu anunciando-nos um estudo dele acêrca do dia festivo de Nossa Senhora da Conceição, vimos lembrar-lhe a promessa.

NÃO LHE INTERESSA A QUESTÃO DE REGIME?

Talvez mude de opinião depois de lêr o excelente livro de Pemán

CARTAS A UM CÉPTICO SOBRE AS FORMAS DE GOVÊRNO

PREÇO 10$00

AQUI, NA MADEIRA...

Estremecem, nestes dias os aparelhos de «rádio» com a descarga de notícias sensacionais em que a realidade profunda da época se obscurece no nevoeiro de emoções doentias. Trabalha a «rádio» — e nós não perdemos a nítida visão do nosso horisonte aberto sôbre as grandes perspectivas portuguesas, que são europeias e cristãs. Neste momento e nesta ilha, feita portuguesa pelos Reis e pelo Povo, queremos afirmar, mais uma vez, a nossa fé no destino comum e, mais uma vez, solenemente prometer, do fundo do nosso coração, que a Bandeira será sempre o mesmo sinal de altiva consciência do espírito colectivo da nossa Pátria. Falamos como madeirenses — o que quere dizer como portugueses que conquistaram a distância como espaço da sua raça e converteram a ausência na presença espiritual e na realidade viva de todas as virtudes avitas. Vivemos num dos bastiões marítimos da nossa grandeza — e agora saúdamos as nobres ilhas dos Açores e de Cabo Verde, terras de além mar, como nós, e também guardas da nossa História no oceano que desbravámos e a nossa Cruz de Cristo baptizou. Viver nestas ilhas da Madeira e aqui ter nascido representa uma responsabilidade portuguesa que nunca podemos esquecer, de tal forma ela se confunde com o nosso sangue e as nossas altas razões de vida. Quando saímos das províncias antigas do Reino, não nos expatriámos. Connosco vinha Portugal que prolongávamos.

Anda-nos no sangue a ardente memória dos feitos que deram à Pátria nobreza singular entre os povos da Cristandade e por todas estas ilhas as sementes primevas teem sempre gerado novas colheitas. Entre nós, madeirenses, e os primeiros do nosso sangue que aqui chegaram, permanece inalterável o espírito da Nação, que nada nem ninguem pode apagar. Como sempre, no curso de tantas gerações, aqui nós sentimos portugueses em Portugal, sem nos termos desviado, na longa viagem dos séculos e do mar, do destino que havíamos de cumprir. Não nos mudámos por ter abandonado, obedecendo à missão da nossa raça, o lar antigo que piedosamente serviu de modêlo ao lar erguido aqui pelos povoadores. Ficáram, desde início, estas ilhas em tudo irmãs das províncias que fôram o primitivo ornamento da corôa dos nossos Reis.

Na cadeia das gerações a que pertencemos podemos facilmente surpreender, para orgulho nosso e confirmação da nossa fé portuguesa, vultos de descobridores, de lavradores das terras e lugares, de trovadores enamorados, de exploradores da Costa da Guiné, de paladinos cristãos de Marrocos... Eles aí estão diante de nós, como patriarcas da família madeirense, antepassados que fizeram do mar pertença de Portugal e fundaram, curvados ao destino da raça, os seus lares prolíferos em novas terras desertas. Vemo-los na sua serena postura de portugueses fiéis à Lei, à Grei e ao Rei!

O sangue que lhes correu nas veias é o mesmo que aquece as nossas, sem mácula que importe renegação da honra herdada e da glória do passado. E o seu espírito nós o elevamos nestas ilhas, soberano e puro, ardente como um facho e comovido e místico como uma oração!

Podem imaginações fúteis e cubiças estéreis tecer a sua teia, que nunca a História será esquecida nem o espírito imortal dos antepassados deixará de dizer a sua palavra...

Como prova da unidade da Pátria e mensageiros de saudades, aqui se encontram soldados vindos das províncias de que descendemos. Estão em terra sua porque é nossa! O encargo que lhes cabe é o mesmo que nos pertence. Ao entrarem na casa madeirense, viram-se entre parentes em grau remoto. Se recuássemos algumas gerações, êles nos dariam novas de pais e irmãos que lá haviam ficado — lá, nas terras sagradas do Reino! É estímulo e alegria a sua presença entre nós, portugueses da Madeira, é alegria e estímulo sentir o seu amor e o seu orgulho por estas ilhas que o mar deu à Pátria para que ela fosse maior! Saídos dos seus casais, encontraram Portugal em nossos corações e na terra que o sangue e o trabalho, sob a bênção de Deus, para sempre fizeram fieis à Nação!

Pois deixemos os aparelhos de «rádio» crepitarem com as suas notícias. Não turvam as perspectivas portuguesas nem o horisonte moral dos nossos deveres. Aqui, na Madeira, as Quinas sagradas estão impressas nos nossos corações!

ERNESTO GONÇALVES

Da *Revista Portuguesa* — N.º 30 — Novembro de 1942

Com a transcrição do belo artigo do nosso querido camarada Dr. Ernesto Gonçalves, *Aléo* oresta a sua homenagem aos portugueses de além mar que defendem, em tantos casos com risco da própria vida, os ideais sagrados que são penhor da grandesa da Pátria, contra as arremetidas do estrangeiro do interior, sempre na esperança de um regresso à anarquia suícida demo-maçónica.

Como monárquicos, é-nos grato prestar a homenagem do nosso leal aplauso e da justiça que se deve a quem tão nobre parte toma no combate sem tréguas pelo Portugal Português!

Avisamos os nossos Amigos de que por tôda a próxima quinzena vai proceder-se à cobrança do 1.º trimestre de 1943. Apelamos para a boa vontade e para a dedicação de todos à obra comum, no sentido de nos serem evitados os contratempos e as despezas conseqüentes das cobranças devolvidas.

A HERANÇA DE CALCUTÁ

Os milhões já lendários que fazem empalidecer os tesoiros das mil e uma noites!

Quem são os seus actuais herdeiros? Tudo se esclarece no livro de José de Campos e Sousa

a aparecer em breve, numa primorosa edição, fartamente ilustrada

O ESTADO CORPORATIVO ITALIANO

I

Introdução expositiva da génese e concepção do Estado

O indivíduo isolado de qualquer contracto social só pode ser concebido como pura abstracção, pois é natural a tendência do homem para unir-se aos seus semelhantes e levar uma existência em comum. Semelhante tendência, já reconhecida por Aristoteles que, como é sabido, qualificou o homem de «animal político», foi posta em evidência, ainda, por Grozio, o qual, falando dum «appetitus societatis», entendeu ao mesmo tempo referir-se à força irresistível existente em cada indivíduo para se agregar. Não parece, portanto, difícil a conclusão de que a sociedade tenha sempre existido, arredando-se, assim, a hipótese relativa ao estado pré-social. É lógico pensar, até, que o «appetitus societatis» tenha sido posto em acção imediatamente pelos homens das épocas primitivas e que o Estado tenha existido, de facto, desde as origens da humanidade.

Que é, verdadeiramente, o Estado, na sua realidade concreta, senão uma forma de viver em comum segundo as normas de disciplina e de moral inerentes à própria ideia de sociedade?! A concepção do Estado, sendo este um dos fenómenos mais salientes e vitais da humanidade, não deixou jamais de interessar os estudiosos de todos os tempos e de tôdas as tendências. Por isso, através do exame e da discussão desta imponente herança de doutrina e experiência, foi possível chegar à formulação das novas concepções, nomeadamente da corporativa.

Mas, em que consiste o Estado? Teve origem espontânea ou foi, pelo contrário, criação dum grupo pré-social? Em que se funda? Na força? No consenso? Na espontaneidade? Tem, pois, direitos superiores sôbre os indivíduos ou foi por êstes vinculado de modo que dêles dependa a sua existência?

A mais antiga concepção do Estado é, talvez, a «teoria do direito divino» que, como explica claramente a sua denominação, se funda exactamente numa ideia sobrenatural e divina, da qual se faz surgir a origem do Estado. Esta teoria porem, porquanto na sua universalidade tenha um fundo notável de verdade, transportada para o campo histórico, não resulta igualmente cabal.

A ideia religiosa é sem dúvida um coeficiente muito importante e essencial para a vida do Estado. Ligada ao elemento político, constitue — sobretudo quando se baseia, como a ideia cristã, em postulados com substracto eminentemente moral e construtivo — um vínculo vivificador para a coexistência da Sociedade. Mas se o Estado, na sua generalidade, é de considerar-se, como tôdas as manifestações humanas, realização duma ideia divina, não parece igualmente aceitável que a definição concreta, isto é, jurídica, do próprio Estado, ascenda a uma fonte sobrenatural antes que à necessidade histórica dos indivíduos.

Por outro lado, sendo a vida terrena, sob o aspecto religioso, considerada como transição e nunca como fim, pode dizer-se que existiu sempre uma certa antítese entre as concepções deste mundo e as ultraterrenas, afirmando-se a prevalência dumas ou doutra segundo as várias tendências históricas e filosóficas. Desta maneira explica-se fàcilmente o desprezo pelos gozos terrenos na Idade Média e a sucessiva valorização dos mesmos pelo Renascimento. Mas não é fàcilmente explicável, pelo contrário, como numa época relativamente moderna, como a das revoluções francesa e inglesa, os respectivos soberanos tenham considerado possível defender os seus direitos em nome da Graça Divina. É sabido que Carlos I, no seu processo, tentou desculpar-se ingénuamente com a fórmula: — «Rex errare non potest», não divergindo do que tinham feito os Tudor que, durante as guerra de religião, tinham ousado reivindicar contra a própria Igreja o direito ao reino, que lhes fora atribuido por Graça Divina.

A «teoria legitimista» não dá uma explicação das origens do Estado, fornecendo apenas uma justificação. Formulada depois da Revolução Francesa por escritores nacionalistas, semelhante teoria procura dar justificação ao poder do mando com uma fórmula que, na verdade, parece pouco consistente: o Soberano é-o enquanto se vale dum direito històricamente adquirido pela dominação hereditária — o que recorda o usucapião dos romanos e a prescrição aquisitória italiana. Todavia, todo o usucapião é discutível e, pela mesma razão, se pode igualmente discutir a bôa ou má fé do poder real. A «teoria contratualista» tem por ponto de partida o indivíduo, o qual cansado de ser apenas indivíduo (Rousseau) ou constrangido pela necessidade (Hobbes) dá existência ao Estado pondo-se de acôrdo com os seus semelhantes e criando uma entidade que tomará várias denominações e segundo as diferentes épocas.

Quanto à concepção irracional dum homem pré-social, isto é, dum indivíduo que tenha existido só como tal e não foi, como os outros, «politicus», no sentido aristotélico e não sentiu imediatamente aquele «appetitus societatis», a que se refere Grozio, se o Estado nasceu por obra deste homem pré-social, será necessário admitir que é bem mísero um Estado com a sua origem na vontade individual. Parece, de facto, inconcebível imaginar um Estado, uma entidade colectiva, uma maioria dependente de seres singulares por meio dum contrato susceptível, como todos os contratos, de ser anulado segundo a vontade dos contratantes ou recorrendo a determinados meios.

Algumas das críticas feitas a estas doutrinas salientam o facto do pretenso contrato de Rousseau carecer de fundamentos históricos. É necessário, todavia, ter presente, que, se a doutrina contratualista pode considerar-se hoje superada, alguns dos seus princípios fundamentais continuam a subsistir, sob diversas formas, noutras concepções mais modernas. Um dêsses princípios pode fàcilmente encontrar-se no facto «vontade», isto é, no «consenso popular», do qual não prescinde nenhuma doutrina moderna. Rousseau, ao contrário dos contratualistas precedentes, sustentou que os indivíduos, concedendo uma parte dos seus direitos ao Estado, voltam a adquiri-los transformados de naturais em cívis, o que explica a necessária subordinação dos indivíduos perante o Estado como síntese da liberdade individual. Começou aqui a abrir caminho, de certa maneira, a ideia da universalidade da vontade geral, pela qual o indivíduo deixou de ser considerado como valor apenas em si próprio e passou a sê-lo como pertencente à colectividade. Este conceito, fomentado pela Revolução Francesa. foi difundido em todo o mundo, persistindo ainda em muitíssimas civilizações.

A «teoria orgânica» assinala, ainda, um passo em frente na evolução das doutrinas do Estado. Todavia, ainda se estava muito longe duma concepção positiva e realista, pois que, segundo aquela concepção, a sociedade seria o resultado da agregação natural e expontânea dos homens, constituindo o próprio Estado um organismo.

Não é de esquecer que um dos méritos maiores da doutrina orgânica é o de ter posto no campo jurídico a figura do «Estado-pessoa» susceptível de vontade soberana e fonte de todo o direito e situação jurídica, como mérito é tambem haver enunciado a famosa teoria da «auto-limitação», segundo a qual o Estado, depois de ter estabelecido a ordem jurídica, se sobrepõe espontâneamente a esta, autodeterminando-se. Compreendida no sentido rigoroso, a doutrina orgânica não pode satisfazer, mas o seu valor, sob o ponto de vista mais restrito, não pode deixar de ser notado, dando-se até o caso de alguns dos princípios fundamentais, por êle enunciados, constituirem a base sôbre que assentam algumas das modernas concepções do Estado.

De tôdas as antiteses da concepção da soberania popular proclamada por Rousseau, a da «soberania nacional» foi a que encontrou fautores em alguns constitucionalistas franceses e alemães e deu origem a concepções recentíssimas do Estado, como a do «universalismo alemão», desenvolvida últimamente por Othmar Spann.

Que exista uma soberania, não o negaram, de facto, os contratualistas. Tal soberania, porém, reside para êles no povo, o mesmo é que dizer soberania popular e enfraquecimento da ideia do Estado. A doutrina da soberania nacional, pelo contrário, estabelece que a acção da soberania passa do povo para o Estado, determinando, consequentemente, e reforço do poder do mando.

É fácil verificar como foi extenso o caminho percorrido desde a concepção individualista à da soberania nacional, assim como do empirismo do Estado contratualista se chegou a uma concepção eminentemente ética e racional — não mais dependência do Estado da vontade individual, nem ficção jurídica, nem concepção edonisticamente atomística, mas construção ética e espiritual, com realidade para além dos simples indivíduos. Ou, por outros termos: o povo deixa de ser o detentor da soberania, a qual, mediante um mandato mais ou menos expresso, era delegado no Estado; é o próprio Estado possuidor originário dessa soberania, que existe independentemente da vontade dos singulares.

LUIGI LETTIERI

(*Continua no próximo número*)

O Director de *Aléo* comentará êste estudo após a sua integral publicação.

FALAM OS NOSSOS MESTRES

CARTA DE JOAQUIM MOUSINHO D'ALBUQUERQUE A S. A. R. O PRINCIPE D. LUIZ FILIPE DESTINADA A SERVIR DE DEDICATÓRIA A UM LIVRO INACABADO SOBRE AS CAMPANHAS DE AFRICA

Meu Senhor.

Quando Vossa Alteza chegou à idade em que a superintendência da sua educação tinha que ser entregue a um homem HOUVE por bem El-Rei nomear-me Aio do Príncipe Real. Foi Sua Magestade buscar-me às fileiras do Exército. Não escolheu por certo o militar de mais valor mas simplesmente aquele a quem uma série de acasos felizes mais ensejo dera de provar que sabia, custasse o que custasse obedecer ao que lhe era ordenado e que também sabia, doesse a quem doesse, fazer cumprir as ordens que dava.

Não por certo a Vossa Alteza como filho e como subdito e menos a mim como soldado compete apreciar e criticar as determinações de El-Rei. A Vossa Alteza como a mim deu Sua Magestade uma ordem, a ambos nós cumpre obedecer-lhe e nada mais. Mas para bem lhe obedecer não basta ver-lhe a letra, é necessário estudá-la, descortinar-lhe o espírito. Escolhendo um soldado para vosso Aio que fez El-Rei? Subordinou a educação de Vossa Alteza ao estado em que se acha o País.

Nesta época de dissolução, em que tão afrouxados estão os laços da disciplina, entendeu Sua Magestade que Portugal precisava mais que tudo de quem tivesse vontade firme para mandar, fôrça para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, foi El-Rei procurar o Vosso Aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem exitações.

. . . . . .

Houve Reis, meu Senhor, que para desgraça dos seus povos adormeceram no trono em cujos degraus haviam nascido e nêsse dormir esqueceram a missão que lhes cumpria desempenhar. No fim do século passado o povo francês sacudiu-os de forma tal que os deveria ter acordado para sempre; e, desde então, Príncipe que dormitasse no trono acordava no exílio. Assim deve ser. Castiga-se a sentinela permanente que não tem folga porque nomeada por Deus, só Êle o pode mandar render e então envia-lhe a morte a chamá-lo ao descanço.

Enquanto vive tem o Rei de conservar os olhos sempre abertos, vendo tudo, olhando por todos. Se nele reside o amparo dos desprotegidos, o descanço dos velhos, a esperança dos novos; se dêle fiam os ricos a sua fazenda, os pobre o seu pão, e todos nós a honra do país em que nascemos que é a honra de todos nós.

Para semelhante posto só pode ir quem tenha alma de soldado. Porque ser soldado não é arrastar a espada, passar revistas, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda.

Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública trabalhar sempre para os outros. E, para se convencer, olhe Vossa Alteza para o soldado em campanha. Porventura vê-o só a marchar e a combater? Cava trincheiras, levanta parapeitos, barracas e quartéis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cozinha o rancho e o que tem de seu trá-lo às costas, na mochila. Desde os mesteres mais humildes até ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à morte, tudo faz porque todo o trabalho despido de interesse pessoal entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito sempre porque o vencimento do militar, seja prêt, soldo ou lista civil, nunca é a remuneração do serviço por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.

É assim que, por mais que espíritos desorientados tenham querido obliterar as tradições de honra do Exército, a profissão entre todas nobre, foi, é e há-de ser sempre a militar, porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interêsse individual perante o da colectividade. É por isso que ninguém como o Rei tem de se esquecer de si para pensar em todos, por isso ninguém como Êle tem de levar a abnegação ao maior extremo, ninguém como Êle precisa de ser soldado na acepção mais lata e sublime desta palavra, soldado pronto da recruta em todas as armas, instruído em todos os serviços, desde o do cavaleiro que numa galopada desenfreada, através de uma saraivada de balas, vai completar com a carga a derrota do inimigo, até ao do maqueiro que vai buscar os feridos à linha de fogo, ao enfermeiro que dêles cuida na ambulância. Tão bom Rei, tão bom soldado foi D. Pedro V nos hospitais como outros nos campos de batalha, porque a coragem e abnegação são sempre grandes e nobres seja onde for que se exerçam e tudo que é grande e nobre é próprio de Rei e de soldado.

. . . . . .

Ao escolher-me para vosso Aio disse-me El-Rei — «Faze dêle um homem e lembra-te que há-de ser Rei». Proporcionando a Vossa Alteza o conhecimento do que fizeram em Africa os seus mais leais servidores, apontando-lhe com seu exemplo, procurando temperar-lhe a alma para as mais duras provas porque pode vir a passar, não faço mais que cumprir as ordens de El-Rei e procurar, como o tenho sempre feito, corresponder à confiança de Sua Magestade. A Vossa Alteya cumpre realizar as esperanças de Seu Augusto Pai e nosso Rei, as de todos os Portugueses. Que Deus o guie e proteja nêsse difícil e glorioso caminho é o mais ardente voto do Seu Aio muito dedicado.

EL-REI D. CARLOS

Como vai longe aquêle obeso, aquêle céptico, aquêle toureiro dos panfletários! Todos que o amesquinharam, que o insultaram, que o empurraram para o martírio — como podem deixar de aplacar a consciência, inclinando-se deante da sua sombra?

Êsse grande e desventurado Fialho assim fez. Por mim, que o julgava um mau rei, inclino-me agora com respeito. Porque um dia — tarde! — o tímido que encobria uma alma na fachada que o impopularizava e num físico infeliz que o dava por estrangeiro em terra sua, ergueu-se contra tudo — pela Nação! A Nação não o compreendeu e entregou-o aos carrascos. Agora a sua memória ergue-se já do além como a de um herói cristão.

in «Em demanda do Graal»

AFONSO LOPES VIEIRA

No 35.º aniversário do Regicídio, obra da anti-nação maçónica e republicana, *Aléo* pede a todos os seus leitores uma prece por alma de El-Rei Dom Carlos I e do Príncipe Real D. Luís Filipe, que morreram pela Pátria.

João d'Azevedo Coutinho

Acaba de inscrever-se como amigo de *Edições Gama*, Sua Excelência o Lugar-Tenente de S. M.

Agradecemos a honra desta inscrição e o incitamento que representa para todos nós.

Ala

Tivemos o jubilo de receber o n.º 8.º do quinzenário da Juventude Universitária Católica que briosamente vem retomar o seu posto de combate.

Apresenta-se com excelente aspecto gráfico e bela colaboração, da qual destacamos os artigos dos nossos camaradas Francisco de Sousa Tavares e Francisco da Silva Fernandes.

Ao nosso colega desejamos longa vida e aqui lhe afirmamos a nossa melhor camaradagem.

GLOSSÁRIO DOS TEMPOS

António Sardinha explica nêste livro sensacional a sua adesão à República

PREÇO — 20$00